

PROJETO ECO-POLÍTICO PEDAGÓGICO: A ESCOLA CIDADÃ PRONUNCIANDO A SUA PALAVRA

CARIA, Alcir de Souza – FEUSP – alcir@usp.br

Resumo

Este artigo discute o Projeto Eco-Político-Pedagógico na perspectiva da Escola Cidadã reconhecendo a centralidade do pensamento freireano na sua própria caracterização conceitual e metodológica, como alternativa aos modelos tecnocráticos de gestão escolar.

Palavras-chave: Gestão democrática, Escola Cidadã, Ecopedagogia, diálogo, Leitura do Mundo, Marco Referencial, Planejamento Dialógico, autonomia escolar.

Introdução

Na transição democrática na década de 80, intelectuais, políticos, sindicatos e diversos atores da sociedade civil exerceram importantes papéis na luta pela efetiva democratização da sociedade brasileira.

Durante esse processo, muitos educadores, atuando no âmbito nacional, estadual e municipal, revelaram uma grande capacidade de sonhar novos mundos e possibilidades, assumindo um papel de vanguarda, questionando as condições existentes e lutando pela efetivação de políticas sociais que garantissem níveis mais dignos de existência à população, de modo que, inovações e práticas mais democráticas da gestão escolar passaram a ser disseminadas, debatidas e vivenciadas em diversas regiões do país.

Contudo, neste período, o neoliberalismo determinou com uma certa hegemonia os rumos das políticas públicas no Brasil, subordinando as funções do Estado aos interesses do Mercado e reduzindo em muito os investimentos em políticas sociais que pudessem superar os elevados níveis de desigualdade social.

Essa política neoliberal não apenas manteve práticas conservadoras de gestão pública, herança maldita da ditadura, como fortaleceu paradigmas e modelos tecnocráticos e clientelistas de administração da vida pública, através de mecanismos que inibiram ainda mais a participação da sociedade na construção de suas políticas. A gestão do interesse público sendo entendida como prerrogativa de técnicos e

especialistas, negando à população o direito de discutir, analisar e acompanhar os rumos das políticas a serem implementadas pela administração local.

O fato é que além da pouca tradição democrática e de participação da população brasileira na gestão da esfera pública da vida, por conta de regimes autoritários, as políticas neoliberais consolidadas neste período recente nunca priorizaram o efetivo desenvolvimento da cultura da participação da população na gestão do interesse público.

É neste contexto que a escola pública brasileira vem tentando efetivar os princípios da gestão democrática estabelecidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Contudo, não são poucos os embaraços e dificuldades que enfrenta para, de fato, se constituir espaço efetivamente público e democrático comprometido com os interesses da população.

O movimento da Escola Cidadã¹, de perspectiva freireana e fortemente enraizado no movimento de educação popular:

“nasceu do inconformismo de muitos educadores e não-educadores com a deterioração do ensino público e da ousadia em enfrentar o discurso e a proposta hegemônica neoliberais, confrontando-lhes uma alternativa, a partir de uma concepção democrática da educação e com base em experiências concretas de renovação do ensino.” (Gadotti, 2000:47)

Este texto busca sistematizar algumas idéias em torno do ato de planejar, tendo como referências os princípios que norteiam o Projeto da Escola Cidadã, como alternativa aos modelos tecnocráticos de gestão escolar ainda fortemente presentes no cotidiano das escolas e redes públicas de ensino.

Planejar é pronunciar o mundo para modificá-lo

O prédio, as salas de aula, as lousas, a quadra de esportes, muros etc. são evidências de que num certo lugar existe uma escola. Porém, para tornar-se de fato uma escola não basta possuir um corpo físico. *Ser no mundo* não é apenas ter um corpo, mas é expressar esse corpo, na forma de desejos, vontades, convicções, movimentos, reflexões e diálogos. Para alcançar a condição de corpo consciente e sujeito autônomo

1 Para saber mais sobre o Projeto da Escola Cidadã ver: Gadotti, Moacir. *Escola Cidadã: uma aula sobre autonomia da escola*. São Paulo: Cortez, 1992a.

faz-se necessário, também, explicitar sua visão de humanidade, mundo e educação. Olhar para os alunos, professores, funcionários, diretores, pais, mães e enxergar o quê? Quem? Olhar o espaço físico da escola e vislumbrar que possibilidades de uso e sentido? Olhar para o bairro, cidade, país e mundo e perceber-se desafiada a ser que tipo de escola?

Em Paulo Freire, *ser no mundo* implica reconhecer-se sujeito da palavra, pois “a existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, implicando num permanente diálogo com o mundo. Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo” (grifo do autor) (1987:78). Assim, do mesmo modo que a nossa identidade como pessoa se institui pela *pronúncia da palavra*, dos desejos e sentidos que assumimos para nós, a Escola, enquanto corpo educacional, para assumir a condição de sujeito autônomo, deve exercitar a pronúncia de uma palavra que expresse seus desejos e sentidos no e para o mundo.

E para perceber-se corpo escolar apto a apreender o mundo pela pronúncia de uma palavra autônoma que expresse seus desejos e sentidos institucionais, a escola precisa vivenciar importantes processos de planejamento.

É preciso pensar em que medida a prática escolar têm favorecido o encontro das pessoas para juntas pronunciarem o mundo e compreenderem o papel da escola diante da realidade partilhada por todos, superando assim vivências burocráticas de planejamento escolar que quase sempre se estruturam a partir de palavras ocas e verbosidades estéreis, ainda citando Paulo Freire.

Planejar é um ato dialógico e humanizador

Na perspectiva da Escola Cidadã, tal planejamento deve ser reconhecido como *ato dialógico*, como processo em que os sujeitos escolares são desafiados a se reconhecerem sujeitos da palavra e juntos constroem um projeto comum de escola.

A construção de um projeto comum de escola que revele a sua própria identidade eco-político-pedagógica se faz quando todos se encontram e juntos celebram acordos, compromissos, alianças e parcerias em torno de uma escola onde possam se realizar como pessoa, seja como professor (a), aluno (a), familiar, funcionário (a) de apoio, gestor (a) etc.

A Escola Cidadã se viabiliza quando os seus segmentos se reúnem e através de *Círculos de Cultura* compartilham suas Leituras do Mundo, revelam seus planos e desejos pessoais e escolares, estabelecem objetivos e metas comuns e constroem planos de ações coletivos e individuais em prol de uma escola pública de efetiva qualidade sociocultural e socioambiental.

Considerando que o sentido que atribuímos à escola afeta decisivamente o próprio sentido existencial das pessoas nela envolvidas, tal processo de planejamento escolar é reconhecido, então, como importante ato de humanização, como oportunidade para as pessoas pronunciarem as suas palavras e desejos e exercitarem sua própria autonomia como sujeitos, pois segundo Paulo Freire não existe escola autônoma sem sujeitos autônomos.

Devemos nos perguntar se a escola tem oferecido às pessoas oportunidades para refletir sobre a vida. Quais os locais e espaços comunitários disponíveis para as pessoas refletirem sobre os desafios comuns da vida? Com exceção das igrejas e instituições de viés religioso, não existem locais qualificados que oportunizem tais experiências. A Escola Cidadã, comprometida com a realidade histórica das pessoas, entende que durante o processo de construção do seu projeto pode construir uma ambiência escolar mais humanizadora capaz de fomentar nas pessoas novas possibilidades de existência. Nesse sentido, planejar a escola é planejar a vida das pessoas.

A ação de planejar propicia importantes vivências educativas

O planejamento escolar não é um ato meramente burocrático e protocolar a ser feito por pedagogos e especialistas que dominam as normas jurídico-educacionais. O planejamento da escola deve ser reconhecido como *instrumento de gestão* capaz de sistematizar a sua própria palavra, ou seja, seus desejos e sentidos, e ainda, de *organizar os processos de construção e difusão de conhecimentos* de modo a favorecer o permanente e crítico engajamento político, cultural, social e econômico dos sujeitos que integram a escola.

A participação no planejamento de uma escola permite, aos envolvidos, ampliar os níveis de autonomia pessoal, já que favorece o desenvolvimento de inúmeras aprendizagens e habilidades sociais como, por exemplo, aprender a conviver com a diferença, a valorizar o conflito e a pluralidade de idéias, a aprender a se comunicar e a

interagir com os outros, a decidir em grupo, a valorizar o saber social, etc. Possibilita, ainda, aos envolvidos, exercerem um maior controle social sobre a política educacional local, pois ao planejar a escola somos desafiados a debater as principais idéias presentes no pensamento pedagógico contemporâneo, a problematizar a legislação e estrutura educacional municipal e nacional, a entender os processos e impedimentos burocráticos presentes na administração pública local, etc.

Assim, quando a escola se encontra para construir o seu próprio projeto, afirma-se como um espaço educativo onde não apenas os alunos são desafiados a aprender, mas todos se reconhecem aptos a ensinar e aprender.

Planejar é integrar a escola à realidade local

Na Escola Cidadã, o planejamento escolar transcende os muros da escola e numa dimensão eco-político-pedagógica mobiliza seus atores a dialogar com o mundo, a partir do conhecimento produzido no seu interior. Esse movimento de integração da escola com o seu bairro e do bairro com a escola potencializa o estabelecimento de uma ampla rede de relações e parcerias que muito contribui para o desenvolvimento político, econômico, social e cultural da cidade.

Um projeto de escola de perspectiva eco-político-pedagógica revela compromisso com a realidade histórica do aluno e, deste modo, promove o encontro da escola com outros equipamentos públicos e atores sociais presentes no bairro e cidade, buscando a construção de uma agenda comum de trabalho que possibilite o enfrentamento dos problemas que impedem a própria escola de cumprir plenamente sua função social elementar, a saber, garantir que todos, adultos e crianças, se apropriem dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, percebendo-se sujeitos da história.

Coerente com os princípios da Escola Cidadã, este movimento não significa descaracterizar a função social elementar da escola, mas reconhecer que o seu êxito, na importante função de ensinar, só se efetiva quando assume compromissos com a realidade concreta do seu aluno e não com certos conteúdos escolares desconectados da vida das pessoas.

Assim, ao se reconhecer parte de uma ampla rede de relações e parcerias, a escola se transforma num importante agente estimulador de novas possibilidades

educativas no âmbito do bairro e da cidade, à medida em que a própria comunidade passa a ser estimulada a enfrentar os seus desafios de uma forma mais articulada e orgânica.

Planejar é compreender que um outro mundo é possível

A escola pública contemporânea não pode ignorar os sentidos que o homem tem dado à sua existência na sua relação com o seu semelhante e com a Terra, sua morada. A coisificação das relações humanas; a subordinação da vida à lógica do mercado; o acúmulo desenfreado de riquezas em detrimento do outro; a exploração sem limites dos recursos naturais do planeta; a emissão de gases poluentes na atmosfera; a poluição dos rios e mares resultando na morte de ecossistemas inteiros; a prontidão pela guerra no lugar de soluções diplomáticas; a prevalência de interesses pessoais em detrimento do interesse público na administração do Estado, são exemplos de que uma outra lógica humana precisa ser construída.

A escola, através do seu currículo, dos encontros que promove entre as pessoas, dos projetos de estudo e pesquisa que desenvolve, do acesso que possui junto à comunidade, precisa explicitar o seu engajamento na busca de uma vida que faça mais sentido. E a Ecopedagogia, movimento de amplitude planetária, se apresenta como um novo paradigma, ao compor um amplo referencial teórico-prático em torno da sustentabilidade de tudo que expressa vida no planeta.

São muitos os atores sociais engajados nesse movimento e a escola pública tem grandes possibilidades de ação. O Projeto Eco-Político-Pedagógico potencializa o próprio processo de controle social sobre o Capital, quando mobiliza as pessoas que integram a escola e vivenciar amplos processos de Leitura do Mundo, identificando, por exemplo, as consequências ambientais das atividades industriais existentes no bairro e cidade e as alternativas de intervenção e controle; ações eco-pedagógicas locais que afetam positivamente a sustentabilidade da vida numa esfera planetária, etc.

Sabemos que grande parte do destino de cada um de nós, quer queiramos ou não, joga-se num cenário em escala mundial. É preciso sim considerarmos essa dimensão planetária que a vida contemporânea assumiu, mas a nossa ação como sujeitos da história se dá a partir do local e regional. Perceber-se um sujeito planetário faz-se necessário na medida em que reivindica-se hoje a construção de uma mentalidade

solidária e fraterna, que respeita a pluralidade cultural e que se preocupa com o meio ambiente numa escala mundial. Mas renunciar a uma postura cidadã interessada em participar da vida local, em nome de um determinismo político, econômico e cultural de esfera global, significa alienar-se historicamente.

Planejar é construir sentido para o caminhar da comunidade escolar

Construir coletivamente o Projeto Eco-Político-Pedagógico na perspectiva da Escola Cidadã, implica considerar certos princípios metodológicos, dos quais destacamos o Marco Referencial, a Leitura do Mundo, a Festa da Escola Cidadã e o Plano de Ação Dialogado².

Marco Referencial consiste na sistematização das concepções e utopias que as pessoas que da escola fazem parte revelam ter. As concepções teóricas e filosóficas presentes na comunidade escolar podem ser identificadas a partir de duas questões fundamentais: quais concepções teóricas nossa prática escolar revela em relação à infância, aprendizagem, avaliação, gestão, família, currículo etc? Desejamos impregnar a nossa prática de quais concepções e referenciais teóricos?

Consiste também na sistematização dos sonhos e desejos de todos em relação à *escola* e ao *mundo* numa permanente atitude crítica e dialógica, onde os sonhos e desejos da comunidade são problematizados tendo em vista a compreensão das condições e práticas presentes no cotidiano da escola, bairro e cidade. O que significa avançar de uma *consciência ingênua* para a *consciência crítica* da realidade. A construção coletiva do Marco Referencial reconduz o olhar das pessoas em relação aos problemas e desafios por elas enfrentados, na medida em que passam a compreendê-los numa perspectiva crítica e utópica, que em Paulo Freire se traduz como *inédito viável*, e as mobilizam na ousadia e construção de uma ambiência dialógica que reconhece que um outro mundo é possível, estimulando novas práticas e atitudes entre todos que integram o espaço escolar. Estimula a escola a materializar novas relações interpessoais, pedagógicas e políticas coerentes com o desejo coletivo nela fomentado, expressando assim o compromisso de, parafraseando Ghandi, vivenciar a mudança que todos desejam ver no mundo.

2 Para saber mais sobre esses princípios metodológicos ver: Padilha, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. Cortez; Instituto Paulo Freire, 2007 – (Guia da escola cidadã; v.7)

Leitura do Mundo se caracteriza pelo processo de compreensão da realidade na qual a escola se vê inserida e desafia pais, alunos, professores, funcionários e gestores a construírem entendimentos sobre a realidade das famílias, alunos, profissionais da escola, rede de ensino, bairro, cidade, país e mundo.

Quando a escola proporciona a todos a experiência da Leitura do Mundo, está interrompendo a tradicional prática escolar de separar o conhecimento da realidade. Este é um conceito de grande profundidade e foi Paulo Freire quem melhor o caracterizou. Veja esta passagem retirada do seu livro *Medo e Ousadia: o cotidiano do professor*:

“O que é que eu quero dizer com dicotomia entre ler as palavras e ler o mundo? Minha impressão é que a escola está aumentando a distância entre as palavras que lemos e o mundo em que vivemos. Nessa dicotomia, o mundo da leitura é só o mundo do processo de escolarização, um mundo fechado, isolado do mundo onde vivemos experiências sobre as quais não lemos. Ao ler palavras, a escola se torna um lugar especial que nos ensina a ler apenas as "palavras da escola", e não as "palavras da realidade". O outro mundo, o mundo dos fatos, o mundo da vida, o mundo no qual os eventos estão muito vivos, o mundo das lutas, o mundo da discriminação e da crise econômica (todas essas coisas estão aí), não tem contato algum com os alunos na escola através das palavras que a escola exige que eles leiam. Você pode pensar nessa dicotomia como uma espécie de "cultura do silêncio" imposta aos estudantes. A leitura da escola mantém silêncio a respeito do mundo da experiência, e o mundo da experiência é silenciado sem seus textos críticos próprios. (p.164)

Esta é uma etapa fundamental do processo de construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico da Escola Cidadã e exige dos educadores uma prática docente consciente e radical na medida em que a Leitura do Mundo não apenas desnuda a realidade, mas posiciona os sujeitos diante dela e mobiliza os seus leitores a pensarem possíveis caminhos para transformá-la.

A **Festa da Escola Cidadã**³ consiste numa metodologia que viabiliza o encontro da comunidade para processos de Leitura do Mundo e elaboração do Projeto Eco-Político-Pedagógico da escola, onde alunos, professores, funcionários de apoio e familiares exibem e debatem seus trabalhos e projetos de Leitura do Mundo realizados sobre a escola, bairro e cidades a partir do uso das diversas linguagens artístico-culturais como a fotografia, teatro, dança, música, literatura, desenho, pintura etc. Neste

3 Ver Padilha. Paulo Roberto. *O Livro Currículo Intertranscultural. Novos itinerários para a educação*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004 – (biblioteca freireana: v.9)

encontro, a comunidade é desafiada a se reconhecer diante das várias Leituras socializadas e a se projetar para o futuro, compartilhando sonhos e possibilidades de mudanças a serem perseguidas.

Quando a população se reúne em festa, a escola colabora com o fortalecimento dos vínculos comunitários necessários para o enfrentamento dos problemas e desafios do bairro, permitindo que acordos, parcerias e projetos comuns sejam firmados, cumprindo assim um importante papel social no bairro.

O **Plano de Ação Dialogado** explicita as prioridades e ações a curto, médio e longo prazo que a comunidade escolar irá assumir e buscar desenvolver de modo a elevar seus níveis de qualidade educacional em relação à aprendizagem dos alunos, à prática pedagógica dos professores, à convivência escolar, à gestão democrática, ao vínculo da escola com a cidade, etc.

No Projeto Eco-Político-Pedagógico, a escola sinaliza de forma clara o que deve perseguir para melhorar suas funções sociais, estabelecendo os papéis e responsabilidades de cada sujeito escolar no processo de desenvolvimento deste Plano de Ação Dialogado.

Na etapa de sistematização deste Plano de Ação Dialogado, cabe à escola analisar os seus objetivos e metas a partir do próprio Plano Municipal de Educação, pois tal aproximação permite à Secretaria Municipal de Educação validar permanentemente suas prioridades a partir das demandas indicadas nos projetos de cada escola que integra a sua Rede. Já no contexto da escola, tal aproximação favorece um maior controle social sobre o ritmo e direção das políticas educacionais do município.

Finalizamos este artigo destacando que o movimento da Escola Cidadã integra uma ampla rede de educadores e sistemas de educação que diariamente reinventam práticas e experiências buscando ampliar a construção de uma cidadania capaz de promover novos indicadores para a educação pública brasileira e, através da ampla participação da população na definição das políticas públicas, favorecer o desenvolvimento local na perspectiva da Ecopedagogia.

Neste sentido, quando a escola ousa pronunciar a sua própria palavra construindo um projeto que expressa o desejo da sua comunidade, cumpre um importante papel social no bairro e cidade.

Bibliografia

ANTUNES, Ângela. *Leitura do mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da sustentabilidade*. Tese (doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

AZEVEDO, José Clóvis de. *Escola cidadã: desafios, diálogos e travessias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997b.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. *Escola Cidadã: uma aula sobre autonomia da escola*. São Paulo: Cortez, 1992a.

_____. Projeto político-pedagógico da escola: fundamentos para a sua realização. In: GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustáquio (orgs). *Autonomia da Escola princípios e propostas*. São Paulo: Cortez, 1997 a, p. 33-42

_____. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artmed, 2000a.

_____. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis, 2000b.

PADILHA, Paulo Roberto. *Currículo Intertranscultural. Novos itinerários para a educação*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004 – (biblioteca freireana: v.9)

_____. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. Cortez; Instituto Paulo Freire, 2007 – (Guia da escola cidadã; v.7)

ROMÃO, José Eustáquio. *Dialética da diferença: O projeto da Escola Básica Cidadã frente ao projeto pedagógico neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico: elementos metodológicos para a elaboração e realização*. 7 ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, Ilma Passos (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 2ª ed. São Paulo: Papirus, 1996.